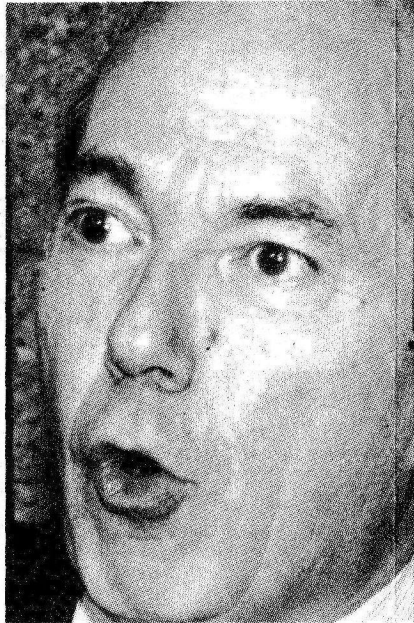
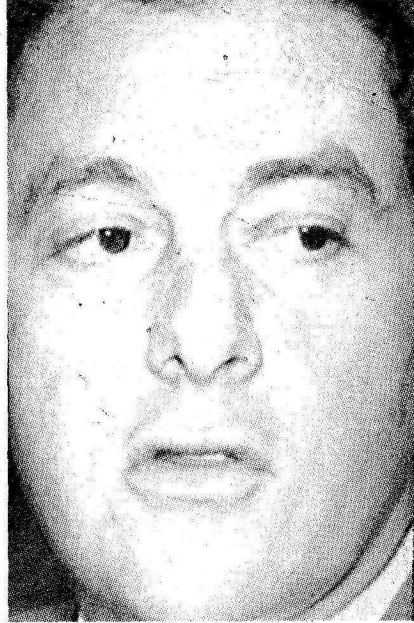




Marcílio Marques Moreira



Michel Camdessus



Eduardo Modiano



José Fogaça

UM PRESENTE, COM CONDIÇÕES.

Acordo ainda depende de medidas que normalizem a atividade econômica

CELSO MING

É como o pai que chega para o filho que vai mal na escola e diz: "Esta bicicleta é um presente. Mas você só vai poder tirar da embalagem e dar a primeira voltinha se passar de ano sem nenhuma dependência".

Ficaram visíveis duas preocupações dos bancos credores: primeiro, com os rumos da atual crise política; segundo, com o que virá depois. Os bancos fecharam logo esse acordo, antes que uma reviravolta política o pudesse inviabilizar de uma vez. Mas condicionaram o seu cumprimento a um novo compromisso do Brasil com o FMI, já que o atual não vai mesmo ser cumprido.

Para o governo e para a administração econômica que vierem a ser constituídos, o recado é claro: se não houver austeridade, ortodoxia e tal... a bicicleta volta para a loja. Ou será dada ao irmão que se comportar melhor.

Se, por uma razão ou outra, es-

sas condições não puderem ser cumpridas e o acordo da dívida externa se desfizer como fumaça, o Brasil estará perdendo alguns benefícios: **Inflação** — Como a dívida externa com os bancos será reduzida em alguma coisa próxima dos 35% e como os desembolsos de juros e do principal serão transferidos para o futuro, o Tesouro não terá mais que desembolsar uma quantia próxima dos Cr\$ 15 trilhões para comprar os dólares que se destinarem ao pagamento aos credores. Em outras palavras, o governo poderá reduzir suas emissões de moeda e, por conta disso, a inflação pode baixar.

Taxa de juros — A menor emissão de moeda deverá reduzir também a necessidade de emissão de títulos da dívida interna destinados a enxugar o excesso de dinhei-



ro no mercado. E isso, por sua vez, deverá dispensar nova rodada de alta das taxas de juros.

Emprego e salário

— O acordo da dívida, por si só, não acaba com os problemas internos da economia. Mas ajuda em alguma coisa. Se, junto com isso, vier uma boa reforma fiscal, ficam criadas condições para a retomada dos negócios e para o desengavetamento de projetos de desenvolvimento. O outro nome para a mesma coisa é mais emprego e mais salário.

Mais dólares — A moratória da dívida e os mais importantes problemas com os credores aconteceram porque o Brasil quebrou. Um novo acordo da dívida é mais ou menos como levantar uma concordata. Por conta disso, o Brasil pode candidatar-se não apenas a novos empréstimos de organismos

oficiais como também aos investimentos de risco que se fecharam ao País nos últimos anos.

Repatriamento de recursos —

Há algumas semanas, o ex-ministro Mailson da Nóbrega afirmou que cerca de US\$ 100 bilhões, de propriedade de brasileiros, procuraram refúgio no Exterior em todos estes anos de crise. Pode-se até achar que há um certo exagero. Mas, sem dúvida, muito dinheiro saiu durante os últimos dez anos. Uma vez normalizada a relação com os credores e retomada a atividade econômica, o que se espera é que boa parte volte, especialmente se contar com uma espécie de anistia fiscal, como, aliás, ocorreu na Argentina e no Chile.

O problema é que parece bem mais fácil o Brasil levar bomba nesses exames deste fim de ano do que recuperar-se do atraso e ganhar sua bicicleta. Para dar sua voltinha, o garotão vai ter que mudar de vida. Ou tentar amolecer o velho de outro jeito.